



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1

A interdisciplinaridade dentro das equipes multidisciplinares

Camila Bertagna (PPH/UEM)

Alisson Sano (PPH/UEM)

Lucio T. Mota (Orientador- DHI, LAEE, PPH- UEM)

Isabel C. Rodrigues (Co-Orientadora- DHI, LAEE/CUIA, LEMH- UEM)

Resumo: As Equipes Multidisciplinares são propostas do Governo do Paraná para orientar e auxiliar o desenvolvimento de ações voltadas ao estudo das relações étnico-raciais e o ensino de História e cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas do Estado. Tais Equipes tem uma história e um contexto de criação e execução específico, portanto neste trabalho pretendemos fazer uma das possíveis leituras da história da criação das E.M's, da composição destas, além dos principais objetivos e desafios enfrentados. O alicerce fundamental destas Equipes são as ideias de inter e multidisciplinaridade, onde todos os professores e funcionários das escolas, de todas as áreas de atuação e de conhecimento podem contribuir. No entanto, percebe-se no funcionamento de algumas E.M's a dificuldade desta interação entre as diversas disciplinas, áreas de atuação e conhecimento, por problemas, que em nossa interpretação se devem pela dificuldade em lidar com a ideias da inter e da multidisciplinaridade. Far-se-á uma contextualização geral com relação às lutas e pautas dos povos indígenas e também da chegada das ideias do multiculturalismo ao Brasil por meio dos escritos de Faustino (2006) e Novak (2014), além dos resultados provocados por este encontro, das lutas e do multiculturalismo, refletidos na constituição de 1988 e nas políticas públicas que irão se constituir. À luz do conceito de interdisciplinaridade com as ideias de Zanirato e Silva, Fonseca (2003) se discutirá as dificuldades e desafios do trabalho das E.M's. Ressaltamos que as informações e análises contidas neste trabalho são fruto de participação e observação em duas E.M's.

Palavras-chave: Equipe Multidisciplinar; Multiculturalismo; Interdisciplinaridade; Educação; Indígenas.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

1- Introdução

A partir das aulas assistidas na disciplina Populações e Bens Culturais, foi proposto um trabalho relacionado às temáticas tratadas em sala de aula, as aproximando do objeto de estudo de cada aluno. A Temática escolhida para o presente trabalho foi a interdisciplinaridade, relacionando-a as Equipe Multidisciplinares (EM's) e seu trabalho sobre a história e cultura dos povos indígenas, objeto de estudo de nossas pesquisas de mestrado.

Para entender a formação dessas equipes é importante que se conheça as lutas dos povos indígenas e suas conquistas, que aconteceram em um período onde o multiculturalismo estava sendo introduzido no país, logo esse discurso chegou na área educacional, onde promoveu a inclusão da tolerância e respeito a história e cultura de povos específicos que fazem parte da criação do Estado e povo brasileiro, como indígenas e afrodescendentes.

As lutas dos grupos de minorias resultou nos anos de 2003 e 2008 na criação de leis que tornam obrigatório o ensino da história e cultura de africanos, afrodescendentes e indígenas. Para atender a demanda da lei o Paraná criou as Equipe Multidisciplinares que devem tratar desta temática dentro de uma perspectiva interdisciplinar. Apontarei ao fim do trabalho os principais desafios de utilizar esta perspectiva de ensino dentro das EM's, a partir de questionamentos respondidos por professores que participaram da equipe no colégio estadual em que realizei minha pesquisa de campo.

2- A inserção do multiculturalismo na educação brasileira

A história dos indígenas brasileiros é marcada pela tutela por parte do Estado que os consideravam inocentes e incapazes de gerir suas próprias vidas. Nas décadas finais do século XX, a partir dos anos de 1970, no discurso indígena passa a vigorar a ideia de ruptura com a figura protetora do Estado, da tutela para terem seus direitos reconhecidos e fazerem sua própria mobilização política. E é a partir da década de 1970 que os índios aprenderam a superar suas diferenças e rivalidades e se unirem para lutarem juntos por interesses comuns, pelos seus direitos. (BANIWA, 2006, p. 43).

Essa união dos povos indígenas, conhecida também como movimento indígena, se constituiu à margem da política indigenista oficial e tinha e tem

como objetivos principais a luta por terra, saúde, educação, autonomia para gerir suas atividades cotidianas. A primeira conquista dessa luta veio com a Constituição de 1988, onde os índios conquistaram, finalmente, o direito de cidadania, o direito de ser diferente, de viver conforme seus próprios princípios de organização social, política, cultural e cosmológica, bem como o direito a uma legislação específica que garanta seus territórios, uma educação diferenciada, multicultural e bilíngue, bem como a prática de seus costumes e tradições.

Apesar dessas conquistas obtidas por meio de organização e luta constante, os mais de duzentos e vinte povos indígenas que hoje existem no Brasil, ainda são vistos, pelos não indígenas, como incapazes e são considerados um entrave para o país, devido as questões de territórios, fronteiras e ecológicas (TOLEDO, 2006, p.34). Ainda há o preconceito, o racismo. Como exemplo dessa forma preconceituosa e racista a respeito dos indígenas, Freire (1999) aponta e discute em sua obra cinco ideias que denomina de equivocadas, que a maioria da população brasileira tem sobre esses povos. A primeira é a de índio genérico. Acredita-se que esses povos compartilham dos mesmos costumes, crenças e língua. A segunda é ver suas culturas como atrasadas, pobres, inferiores, não reconhecendo a importância, as inovações e a capacidade/necessidade de adaptação dos seus conhecimentos. Em terceiro o congelamento de suas culturas, ainda pensam os indígenas nus, usando arco e flecha na floresta e aqueles que não se enquadram nesse estereótipo deixam de ser índios. Uma quarta ideia equivocada é acreditar que os índios pertencem ao passado do Brasil e não reconhecer sua existência e importância no presente. A quinta ideia é que o brasileiro não é índio, não enxergando assim a participação dos indígenas na formação de sua identidade.

Posto esse ideal que tem a população brasileira em geral, A respeito dos índios, o movimento indígena, buscou através de suas lutas, desconstruí-lo e superá-lo. Essa luta étnica dos indígenas, traz à tona no Brasil, a partir da década de 1980, o discurso multiculturalista, termo que segundo Faustino (2006, p.73), se refere ao reconhecimento oficial da existência de grupos

culturalmente diferentes em um dado país. Esse discurso ganhou também o campo educacional:

O multiculturalismo tem seu principal foco na educação, pois a escola recebe com entusiasmo a ideia de igualdade para todos e de combate à discriminação e ao racismo sem refletir, muitas vezes, quais bases este anti-racismo foi construído. De forma geral, esses países que adotaram as políticas multiculturais elaboraram uma reforma na lei maior (Constituição) e, na sequência dirigiram o foco de ação para a reforma política educacional dando ênfase ao currículo, ao material didático e à formação dos professores (FAUSTINO, 2006, p.84).

No Brasil a reforma da lei maior veio através da Constituição de 1988, que se utiliza das ideias do multiculturalismo. Podemos ver no Art. 3º, inciso IV que tem como um dos objetivos promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988). Na Educação o discurso multicultural é estabelecido através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei 9394/96, O artigo 3º inciso IV trata do respeito à liberdade e apreço a tolerância. No artigo 78º também vemos as conquistas do Movimento Indígena, ele trata sobre a educação indígena e a oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas. O parágrafo I do artigo diz ainda que se deve proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; (BRASIL, 1996).

Pode-se ver que a partir da LDB as diferenças das minorias brasileiras passam a serem pregadas dentro do âmbito escolar, bem como a liberdade de manifestarem suas culturas, costumes, tradições e as mesmas devem ser respeitadas por aqueles que não compactuam desses mesmos ideais. De acordo com esses ideais, Andrade e Porto (2012, p.111) mostram que as inserções do multiculturalismo nas políticas curriculares brasileiras começaram a ganhar visibilidade a partir da intervenção dos novos movimentos sociais na construção das políticas sociais.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais encontramos a pluralidade cultural como um dos eixos transversais, os PCN's são definidos como referenciais de qualidade para a educação no ensino fundamental em todo país

e a respeito da pluralidade cultural nos diz que deve-se respeitar e valorizar as características étnicas e culturais dos diferentes grupos que convivem no território nacional, reconhecendo o Brasil como um país multifacetado (BRASIL, 1997, p. 19).

Em 2007 foi criado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), e visa difundir a cultura de direitos humanos no país. Na esfera educacional ganha mais importância quando direcionada ao pleno desenvolvimento humano e às suas potencialidades, valorizando o respeito aos grupos socialmente excluídos (BRASIL, 2007, p.26). Um dos objetivos desse plano é a formação e capacitação de profissionais, principalmente na educação, em relação aos direitos humanos, para que assim possam transmitir/ensinar aos alunos a tolerância, o respeito para todos os cidadãos independente de cor, raça, orientação sexual ou religião (BRASIL, 2007, p. 29).

Dessa maneira vê-se o processo educacional como formador do respeito, da valorização à diversidade, do reconhecimento do outro, assegurando desta maneira um melhor convívio dentro e fora do ambiente escolar e formando cidadãos conscientes de seu papel na sociedade. Este Plano propõe que a temática relacionada aos direitos humanos, seja trabalhada de maneira transversal, ou seja, todas as disciplinas devem inseri-la em seus conteúdos, pois ela transpassa por todas as áreas do conhecimento.

3- O multiculturalismo na educação paranaense

A política multicultural e aos movimentos das minorias contribuem para que seja lançado pelo Ministério da Educação (MEC), Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) e Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR/PR) no estado do Paraná os Cadernos Temáticos de relações étnico-raciais, são duas unidades de *Gênero e Diversidade na Escola- formação de professores em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais*, sendo uma o livro de conteúdo e a outra um caderno de atividades. O objetivo desse caderno temático é formar os professores para

essas temáticas atuais, pois na grande maioria os professores que atuam no ensino público não tiveram contato com as temáticas.

Nesse contexto de multiculturalismo e luta de grupos étnicos, foi promulgada a lei 10.639/2003, que tornou obrigatório no ensino fundamental e médio, o ensino sobre História e Cultura Afro- Brasileira, incluindo no calendário escolar o dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra (BRASIL, 2003). Em 2008 essa lei sofreu alterações, ampliando seu texto e dando origem a lei 11.645/2008. No Art. 26-A ficou estabelecido que "Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Ensino Médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" (BRASIL, 2008).

A lei 11.645/2008 é fruto de muita luta dos movimentos de negros/afrodescentes e de indígenas, e surge com intuito de mudar os conceitos preconceituosos e discriminatórios em relação a esses povos, pois eles reivindicam imagens, pensamentos e atitudes mais condizentes com a realidade a seu respeito (BERGAMASHI, GOMES, 2012, p. 58).

O Ensino da cultura indígena passa a ser obrigatório nas escolas brasileiras para que os alunos tenham um contato maior e mais adequado a respeito da mesma, pois segundo Bergamaschi e Gomes (2012, p. 57), muitas vezes a imagem do índio que se constrói na escola é a que permanece para o resto da vida, visto ser escasso o contato com a temática indígena em outros períodos da vida.

Portanto, há a necessidade de professores que estejam preparados para tratar sobre a temática indígena, superando a invisibilidade histórica desses povos que se estende até o presente, contrariando as previsões pessimistas que perduraram durante boa parte do século XX, que acreditavam no extermínio dos índios, quebrando a visão romantizada a respeito dos mesmos e, principalmente, aprendendo conhecimentos respeitosos de sua história e cultura, mudando, dessa maneira, a visão preconceituosa e discriminatória para com os povos indígenas. Silva (2010, p. 44-45) afirma ser necessária a formação continuada dos educadores, para que esses possam sempre estar atualizados e não virarem meros reprodutores de conhecimentos adquiridos ao longo de sua carreira acadêmica.

As leis 10.639/03 e 11.645/08 levaram o governador Roberto Requião do estado do Paraná a criar as Equipes Multidisciplinares (EM), garantindo que todos os Núcleos Regionais da Educação (NREs) e estabelecimentos da rede estadual de educação organizassem suas equipes. As EM são instâncias de organização do trabalho escolar, preferencialmente coordenadas pela equipe pedagógica com a finalidade de orientar e auxiliar o desenvolvimento das ações relativas à Educação das Relações Étnico-Raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, ao longo do período letivo.

De acordo com Silva e Fonseca (2007, p.45) dentro desse contexto multicultural a escola se apresenta como um espaço de acolhimento, inclusão, respeito, de “resgate” de identidade e culturas múltiplas, sendo assim o trabalho dessas EM’s passa a ser imprescindível para que os professores e funcionários aprendam mais sobre a realidade de africanos e afro-brasileiros, bem como dos indígenas, para que dessa maneira toda a equipe escolar em conjunto trabalhe essas temáticas com os alunos superando os preconceitos e ideias equivocadas que se tem sobre esses povos.

4- As equipes multidisciplinares e sua interdisciplinaridade

As lutas dos grupos étnicos fizeram com que o estado brasileiro sancionasse leis para tentar diminuir a desigualdade entre os povos. No âmbito da educação essas leis também estão presentes, a lei 10.639/03 e 11.645/08 impulsionou o estado do Paraná, de acordo com Instrução 010/2010, a criar as Equipes Multidisciplinares, garantindo que todos os Núcleos Regionais da Educação (NREs) e estabelecimentos da rede estadual de educação organizassem suas equipes.

De acordo com a Resolução 3399/2010 as EM’s são instâncias de organização do trabalho escolar, preferencialmente coordenadas pela equipe pedagógica com a finalidade de orientar e auxiliar o desenvolvimento das ações relativas à Educação das Relações Étnico-Raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, ao longo do período letivo. Esta resolução ainda diz que:

Equipes Multidisciplinares se constituem por meio da articulação das disciplinas da Base Nacional Comum, em consonância com as Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, com vistas a tratar da História e Cultura da África, dos Africanos, Afrodescendentes e Indígenas no Brasil, na perspectiva de contribuir para que o aluno negro e indígena mire-se positivamente, pela valorização da história de seu povo, da cultura, da contribuição para o país e para a humanidade (PARANÁ, 2010).

Desta maneira essas equipes utilizam-se das matérias comuns (História, Geografia, Matemática, Português, Ciências...) de maneira interdisciplinar ou não para tratar as temáticas, seguindo sempre as leis educacionais e visando buscar a valorização dos alunos negros e indígenas através da valorização da história e cultura de seu povo. Segundo Coqueiro, Silva, Lopes, Santo e Rocha Filho (2013, p.17888) as discussões por muito tempo giraram em torno de que apenas disciplinas como História, Língua Portuguesa e Arte estariam aptas para tratarem da temática, porém chegou-se ao consenso de que todo processo educativo deve estar envolvido e comprometido com a educação das relações étnico-raciais.

Segundo Silva e Fonseca (2007, p.45) os professores dentro do contexto da multidisciplinaridade devem estar além dos territórios e dos limites que o saber especializado representa no contexto da escola. Dessa maneira o professor “deve” ter a capacidade de interdisciplinarizar, de integrar e incluir em contextos específicos os sujeitos e os saberes dos excluídos: negros, índios, pobres, homossexuais, portadores de deficiências físicas, mentais e outros.

O trabalho das EM's nas escolas será feito na modalidade de encontros e seminários. Os seminários serão realizados na Semana da Consciência Negra (no caso da temática afro-brasileira) e do indígena ao longo do ano letivo, onde serão apresentadas as atividades planejadas e desenvolvidas de maneira interdisciplinar pela EM's, desde o trabalho dos professores que não participam da equipe com os alunos até as atividades realizadas pelos professores participantes da mesma.

Nos encontros às equipes organizarão os procedimentos que serão adotados na escola, estudarão o tema proposto, formarão atividades para

serem trabalhadas pelos professores. Nesses encontros é recomendada a leitura da legislação, sobre a criação das leis no Brasil contra a discriminação (decreto 65810/69), que define crime contra o preconceito (7616/89), Parecer 03/04 das Diretrizes Curriculares Nacionais entre outras.

5- Os desafios da interdisciplinaridade nas EM's

Para entender os desafios da interdisciplinaridade dentro das EM's é necessário a definição do termo, de acordo com Zanirato (p. 5) não há um consenso em torno de uma definição do que seja interdisciplinaridade, os autores trabalham a definição do termo com perspectivas diferentes. A definição que mais se encaixa na proposta dessas equipes é a de Coimbra (2000, in: ZANIRATO, p.5-6) que afirma que ela é a junção intencional de duas ou mais disciplinas que estabelecem nexos e vínculos entre si para alcançar um conhecimento mais abrangente, ao mesmo tempo diversificado e unificado.

De acordo com Lenoir (1998, in: JOSÉ, p.1) a interdisciplinaridade é categorizada em quatro finalidades, utilizarei a ideia de interdisciplinaridade escolar que acontece em três níveis, curricular, didático e pedagógico. A curricular deve ser feita dentro do currículo escolar onde as disciplinas devem possuir ligações de interdependência, convergência e complementaridade. A didática é a ação, ou seja, articular o currículo nas situações de ensino-aprendizagem através de planejamentos e estratégias entre as disciplinas. O nível pedagógico é a atualização das ações em sala de aula, para que a interdisciplinaridade seja feita de maneira concreta é necessário a ação e mudança nesses três níveis dentro do ambiente escolar.

Pensando o ambiente escolar José (p. 8) aponta que:

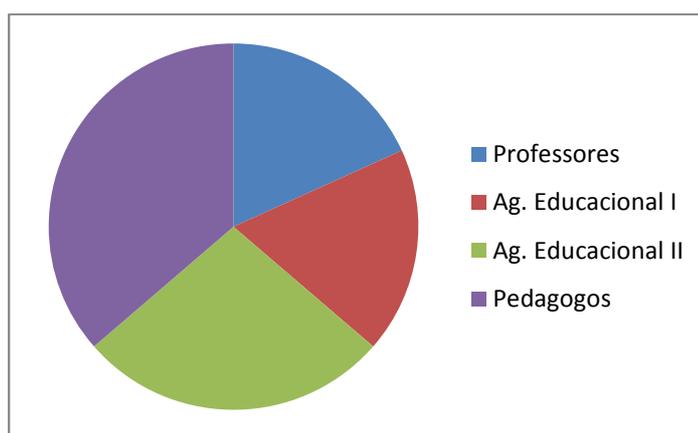
Quando a escola se abre em um novo olhar para Educação que ministra, a possibilidade de elaborar um Projeto Interdisciplinar começa a tomar forma, tornando-se mais concreta. A Interdisciplinaridade passa, então, a não ser mais vista como a negação da disciplina. Ao contrário, é justamente na disciplina que ela nasce. Muito mais que destruir as barreiras que existem entre uma e outra, a interdisciplinaridade propõe sua superação. Uma superação que se realiza por meio do diálogo entre as pessoas que tornam a disciplina um movimento de constante reflexão, criação – ação. Ação que depende, antes de tudo, da atitude das pessoas. É nelas que habita – ou – não uma ação, um Projeto Interdisciplinar.

A eliminação de barreiras é um modo de romper as amarras do ensino tradicional, mudar a visão de aluno como passivo/tábulas rasas e torná-los sujeitos ativos no processo de ensino-aprendizagem (SILVA, FONSECA, 2003, p. 35).

Pensando a definição de interdisciplinaridade e os três níveis em que ela deve acontecer, apontarei os principais desafios de utilizar esta perspectiva de ensino dentro das EM's, a partir de questionamentos respondidos por professores que participam dessas equipes, nas escolas em que fiz meu trabalho de campo do mestrado.

A composição dessas EM's é de acordo com o porte da escola, tendo no mínimo um pedagogo, um agente educacional, um representante das instâncias colegiadas, um professor da área de humanas, um da área de exatas e um da área de biológicas. Porém ela deve ser composta preferencialmente por mais professores das áreas humanas.

Na escola estadual onde aplicamos o questionário, fazem parte desta equipe apenas dois professores, sendo que um está remanejado, ou seja, ocupa outra função dentro da escola; dois agentes educacionais I (responsáveis pela alimentação e limpeza); três agentes educacionais II (atuam parte administrativa) e quatro pedagogas.



(Gráfico 1: participantes da EM's)

Pensando nesta composição, o primeiro nível que é o curricular fica difícil de ser superado, pois neste deve-se fazer as ligações de interdependência, convergência e complementaridade das disciplinas e como

fazê-las contando apenas com a participação de dois professores, sendo um de Filosofia e outro de Língua Portuguesa? Para que esta alteração curricular seja feita é necessária a participação de no mínimo um professor de cada disciplina para que discuta-se as possibilidades de fazer as ligações supracitadas dentro dos conteúdos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná.

O segundo nível é o didático e possui o mesmo problema do nível anterior, pois falta professores dentro da EM's para pensar em situações de ensino-aprendizagem e fazer planejamentos que abrangem mais de uma disciplina, para que se atinja um conhecimento mais abrangente a respeito de determinado assunto.

O pedagógico é o terceiro nível a ser trabalhado, nele é feito as atualizações de metodologias e ações utilizadas dentro das salas de aula, mas como fazê-las contando com a participação de apenas dois professores? Desta maneira assim como nos demais níveis, a presença de apenas dois professores na composição da equipe afeta o trabalho interdisciplinar.

Pode-se perceber que a pouca participação de professores nas EM's afeta o trabalho interdisciplinar, pois para que ele aconteça de forma plena é necessária a mudança em várias instâncias educacionais dentro da escola, desde o currículo escolar e conseqüentemente o seu Projeto Político Pedagógico, passando pelos planejamentos confeccionados pelos professores, até chegar à sala de aula, onde os professores devem atualizar suas metodologias e ações para que o conhecimento que chega aos alunos sejam mais completos e vistos através de vários olhares e abordagens.

5- Referências Bibliográficas

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. *O Índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/Secad/Museu Nacional/UFRJ, 2006.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida, GOMES, Luana Barth. *A temática indígena na escola: ensaios de educação intercultural*. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 53-69, Jan/Abr 2012.

BESSA FREIRE, J.R. *Os cinco equívocos sobre o Índio*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, 1997.

BRASIL, Lei n. 10.639 – 09 de janeiro de 2003. Brasília: Ministério da Educação, 2003.

BRASIL, Lei n. 11.645 – 10 de março de 2008. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Considerações sobre a interdisciplinaridade. In: ZANIRATO, Silvia Helena. *Transformação do conhecimento no campo da ciência*.

COQUEIRO, Edna Aparecida; SILVA, Eleuza Teles da; LOPES, Tania Aparecida; SANTOS, Kenneth Dias do; ROCHA FILHO, Luiz Camões Pedroso da. *Equipe multidisciplinar: uma experiência da educação das relações étnico-raciais e para o ensino e história da cultura afro-brasileira, africana e indígena na rede estadual de educação básica do Paraná*. XI Congresso Nacional de Educação. Curitiba, 23 à 26/09/13. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cfc/artigo.pdf>, acesso em: 20/01/2015.

FAUSTINO, Rosangela Célia. *Política educacional nos anos de 1990: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena*. Tese de Doutorado. Florianópolis, CED/UFSC: 2006.

LENOIR, Yves. Didática e Interdisciplinaridade: uma complementaridade necessária e incontornável. In: JOSÉ, Mariana Aranha Moreira. *Interdisciplinaridade: as disciplinas e a interdisciplinaridade brasileira*. Disponível em: http://www.planetaeducacao.com.br/portal/gepi/Interdisciplinaridade_Escolar.pdf, acesso em: 19/01/2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Instrução nº 10/2010. Curitiba, 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Resolução nº 3399/2010. Curitiba, 2010.

SILVA, Maria da Penha da. *A temática indígena no currículo escolar a luz da lei 11.645/2008*. Cad. Pesq., São Luís, v. 17, n. 2, maio/ago. 2010.

SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. *Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido*. Campinas: Papyrus Editora, 2007.

TOLEDO, Renata Ferraz de. *Educação, saúde e meio ambiente: uma pesquisa-ação no distrito de Iauaretê do município de São Gabriel da Cachoeira/ AM*. 2006. 342 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública)- Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006.

ZANIRATO, Silvia Helena. *Transformação do conhecimento no campo da ciência*.